

FASUBRA DEBATE PROJETO SOBRE NEGOCIAÇÃO COLETIVA NO SERVIÇO PÚBLICO

O Comando Nacional de Greve encaminhou, para ciência e debate, o texto do PL 1893/2026, que trata da negociação e das relações de trabalho no setor público. A iniciativa recoloca em evidência uma pauta estratégica para o funcionalismo: a necessidade de regras mais claras e estáveis para a negociação coletiva e para a representação sindical no serviço público.

O tema ganha peso especial no contexto da atual greve dos técnico-administrativos em educação. Ao

longo do movimento, a categoria tem sustentado que o acordo firmado em 2024 não foi cumprido integralmente, enquanto o governo busca reduzir a disputa a interpretações administrativas e entraves jurídicos. Nesse cenário, a discussão sobre um marco legal para a negociação coletiva aparece como elemento importante para dar mais segurança aos processos negociais e reduzir a margem para descumprimentos posteriores.

Mais do que um debate técnico, a pauta tem dimensão política direta. Regular a negociação coletiva

no serviço público significa reconhecer que conflitos trabalhistas não podem depender apenas da vontade momentânea do governo de plantão. Para a categoria, discutir esse projeto em plena greve também ajuda a qualificar a compreensão sobre os limites atuais da negociação e sobre a necessidade de fortalecer instrumentos permanentes de defesa dos direitos dos servidores.



BOLETIM DE GREVE-SINTESAM

Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Superior do Estado do Amazonas



FOTO: DARENS CORREIA

Greve chega aos 100 dias e mantém pressão pelo cumprimento do acordo de 2024

A greve nacional dos técnico-administrativos em educação chega à marca de 100 dias em 2026 reafirmando um ponto central: o movimento não surgiu em torno de uma pauta nova, mas da cobrança pelo cumprimento do acordo firmado ao final da greve de 2024. Desde então, a categoria sustenta que partes decisivas do que foi pactuado seguem pendentes, enquanto o governo argumenta que a maior parte dos compromissos já foi cumprida.

Ao longo desses mais de três meses, a greve produziu avanços políticos importantes. Houve reabertura do canal de negociação com o MEC, formalização de respostas do governo,

consolidação de condicionantes apresentados pela categoria e maior pressão institucional em torno de temas como RSC, grupos de trabalho, hora ficta e plantão 12x60h. O próprio informe nacional mais recente mantém o panorama de 54 instituições em greve, representadas por 37 entidades, o que mostra a dimensão e a persistência do movimento. Esse novo momento, porém, não significa encerramento do conflito. A avaliação predominante entre os grevistas é que a negociação avançou, mas ainda não entregou os resultados concretos esperados. Entre os principais pontos em disputa está a assinatura do decreto do RSC, tratada por várias bases como passo decisivo

para transformar uma reivindicação histórica em medida efetiva. O tema segue no centro das cobranças porque expressa, ao mesmo tempo, reconhecimento profissional, desenvolvimento na carreira e valorização concreta dos TAEs.

Ao completar 100 dias, a greve combina desgaste e resistência, mas também produz um balanço político nítido: sem mobilização, o governo não teria sido levado a retomar a interlocução sobre o acordo. A permanência do movimento indica justamente isso. A categoria reconhece avanços parciais, mas mantém a pressão porque entende que acordo assinado precisa ser acordo cumprido.

JUDICIALIZAÇÃO GERA REAÇÃO NACIONAL E SOLIDARIEDADE ENTRE BASES

A judicialização do movimento grevista passou a ocupar lugar central na preocupação das bases em greve. Moções e informes enviados por diferentes entidades registram apoio aos técnico-administrativos da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e denunciam o uso de medidas judiciais como instrumento de pressão contra o direito de greve. Para essas bases, a tentativa de esvaziar a paralisação por meio do Judiciário não atinge apenas uma universidade, mas cria um precedente grave para toda a categoria.

Em diferentes universidades federais, a judicialização da greve passou a funcionar como mais um instrumento de pressão sobre a categoria. Ações civis públicas,

limitares, imposição de percentuais elevados de funcionamento e ameaças de restrição ao direito de paralisação vêm sendo utilizadas para deslocar o conflito do terreno político e negocial para o campo judicial. Na prática, esse movimento busca reduzir a capacidade de pressão dos grevistas e enfraquecer um direito constitucional justamente no momento em que a categoria cobra o cumprimento de um acordo já firmado com o governo. Os textos destacam que a greve atual ocorre justamente diante do descumprimento do acordo firmado em 2024, o que reforça a legitimidade do movimento. Nesse contexto, decisões que impõem

percentuais excessivos de funcionamento ou ameaçam penalizar grevistas são vistas como ataques ao exercício de um direito constitucional. Entidades como Sindiedutec, SINTET-UFU, SINTUR-RJ e SINTUFEJUF expressaram solidariedade à UFV e defenderam resposta nacional articulada contra a criminalização da luta sindical.

O sentido político dessas manifestações é claro: quando uma base sofre ataque judicial, toda a greve é colocada em alerta. A reação coletiva das entidades mostra que a defesa do direito de greve segue sendo parte inseparável da luta pelo cumprimento do acordo e pela preservação da capacidade de mobilização da categoria.

Cronograma da Greve

	10/jun	11/jun	12/jun	15/jun	16/jun	17/jun
manhã	Assembleia de Greve	Formação - Regulamentação do RSC-PCCTAE	Reunião do CLG - Avaliação	Reunião do CLG - Visitas às unidades	Reunião do CLG - Planejamento	Assembleia de Greve
tarde	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG	Organização Comissões CLG

FILIE-SE

(92) 99491-4508

E-MAIL: sintesam@gmail.com

SITE: sintesam.org.br

Francisco José Furtado, 09
São Francisco

@SINTESAM



SIGA A FASUBRA:

FACEBOOK.COM/FASUBRA

@FASUBRASINDICAL